

STJ00096940

MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO

Professor Titular (aposentado) de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da USP.
Doutor *honoris causa* da Universidade de Lisboa. Doutor pela Universidade de Paris.
Ex-Professor visitante da Faculdade de Direito de *Aix-en-Provence* (França). Membro
da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Presidente do Instituto “Pimenta Bueno” —
Associação Brasileira dos Constitucionalistas.

Curso de
Direito
Constitucional

39ª edição, revista e atualizada
2013

 Editora
Saraiva



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SACJUR: 0800 055 7688
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
 saraivajur@editorasaraiva.com.br
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
 Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
 Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Clara, 2-55/2-57 — Centro
 Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
 Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
 Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
 Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
 Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
 Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
 Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
 Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
 Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde da Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
 Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567
 Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda
 Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

102.420.039.001

962125

ISBN 978-85-02-20857-5

Ferreira Filho, Manoel Gonçalves

Curso de direito constitucional / Manoel
 Gonçalves Ferreira Filho. — 39. ed., rev. e atual. — São
 Paulo : Saraiva, 2013.

1. Brasil — Direito constitucional 2. Direito
 constitucional I. Título.

CDU-342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Silene Miranda de Sales

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Liana Ganiko Brito Catenacci

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Jessica Siqueira

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Amélia Kassis Ward

Serviços editoriais Camilo Artoli Loureiro

Maria Cecília Coutinho Martins

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Salesianas

Acabamento Gráfica Salesianas

Data de fechamento da edição: 12-8-2013

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Índice sistemático

Do mesmo autor	5
Prefácio à 39 ^a edição	27
Prefácio à 31 ^a edição	29

PARTE I A CONSTITUIÇÃO

1. Plano desta Parte	31
Capítulo 1^o — O CONSTITUCIONALISMO	33
1. A ideia de Constituição	33
2. Antecedentes	34
3. Pactos, forais e cartas de franquia	34
4. Contratos de colonização	35
5. As leis fundamentais do Reino	35
6. As doutrinas do Pacto Social	36
7. O pensamento iluminista	36
8. Noção polêmica de Constituição	37
9. O constitucionalismo	37
10. A racionalização do poder	38
11. Valor da racionalização	39
Capítulo 2^o — CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	40
1. Conceito genérico de Constituição	40
2. Constituição total	41
3. Conceito jurídico	41
4. Regras materialmente constitucionais	41
5. Regras formalmente constitucionais	42
6. Regras constitucionais quanto à aplicabilidade	42
7. Constituição material e Constituição formal	43
8. Constituição escrita e Constituição não escrita	43
9. Constituição dogmática e Constituição histórica	44
10. Constituição rígida, flexível e semirrígida	44

11. Constituição-garantia, Constituição-balanço, Constituição-dirigente.....	44
Capítulo 3º — CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	46
1. Direito Constitucional como ciência.....	46
2. Direito Constitucional particular ou positivo.....	47
3. Direito Constitucional comparado.....	47
4. Direito Constitucional geral.....	47
5. Direito Constitucional material e formal.....	48
6. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito Público	48
7. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito Privado	49
8. Relações do Direito Constitucional com disciplinas de cunho não jurídico.....	49
Capítulo 4º — O PODER CONSTITUINTE	50
1. A Constituição, lei suprema.....	50
2. Origem da ideia de Poder Constituinte.....	51
3. O Poder Constituinte e seu fundamento lógico.....	51
4. Poder Constituinte: originário e derivado.....	52
5. A natureza do Poder Constituinte.....	52
6. Titularidade: <i>consensus</i> e legitimidade.....	53
7. O agente do Poder Constituinte.....	54
8. O veículo do Poder Constituinte.....	55
9. O direito de revolução.....	56
10. Caracteres do Poder Constituinte originário.....	56
11. Formas de expressão do Poder Constituinte originário.....	57
12. O Poder Constituinte derivado: caracteres.....	58
13. Espécies de Poder Constituinte derivado.....	58
14. A limitação do poder de revisão.....	58
15. Limitações temporais, circunstanciais e materiais.....	59
16. Formas de expressão do poder de revisão.....	60
17. O estabelecimento da Constituição de 1988.....	61
Capítulo 5º — O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	63
1. O critério real da distinção entre rigidez e flexibilidade constitucionais.....	64
2. Origem americana do controle.....	64
3. Conceito de controle de constitucionalidade.....	64
4. Aplicabilidade e omissão no cumprimento da norma constitucional.....	65
5. A natureza do ato inconstitucional.....	65

6. Formas de controle: preventivo ou repressivo	66
7. Formas de controle: judiciário ou político	67
8. Controle judiciário difuso e concentrado.....	68
9. Controle judiciário principal e incidental	68
10. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade	69
11. Natureza da decisão de inconstitucionalidade	69
12. O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro	69
13. Caracteres do controle judiciário no Brasil.....	70
14. Ação direta de inconstitucionalidade	70
15. Ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental	71
16. Atenuação dos efeitos do reconhecimento da inconstitucio- nalidade.....	71
17. Ação declaratória de constitucionalidade	72
18. A suspensão da eficácia por ato do Presidente da República	72
19. A suspensão da eficácia por ato do Senado.....	73
20. Desnecessidade da suspensão no caso de ação direta.....	73
21. A ação de inconstitucionalidade por omissão	73
22. Recurso extraordinário.....	75
23. Súmula vinculante.....	76

PARTE II A FORMA DO ESTADO

1. Plano desta Parte	77
Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS	79
1. Conceito e elementos do Estado	79
2. A soberania	80
3. A ordem internacional	81
4. Centralização e descentralização	82
5. Tipos de Estado: Estado unitário	83
6. Estado unitário descentralizado	83
7. Estado constitucionalmente descentralizado	83
8. Tipos de Estado: Estado federal	84
9. A repartição de competências no Estado federal	85
10. A repartição de rendas no Estado federal	85
11. A formação do Estado federal	86
12. Tipos de federalismo	86
13. Natureza dos componentes do Estado federal	87

Capítulo 7º — O ESTADO BRASILEIRO	88
1. Origem e evolução do federalismo no Brasil	88
2. A tríplice estrutura do Estado brasileiro	90
3. Aspectos unitários e societários	90
4. A repartição de competências	91
5. A repartição de competência legislativa.....	91
6. A repartição de competência administrativa	92
7. A divisão de rendas	92
8. As quotas de participação	95
9. A intervenção federal	96
10. A decretação da intervenção	96
11. A manifestação do Congresso	97
Capítulo 8º — OS ENTES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	98
1. Os Estados-Membros	98
2. Os Territórios	99
3. O Distrito Federal	100
4. O Município	102
5. As regiões metropolitanas	104
6. Das regiões de desenvolvimento	104

PARTE III A FORMA DO GOVERNO

1. Plano desta Parte.....	105
Capítulo 9º — FORMAS, SISTEMAS E REGIMES POLÍTICOS	107
1. Formas, sistemas e regimes políticos	107
2. A tipologia das formas de governo	108
3. A tipologia aristotélica.....	108
4. A tipologia dos regimes de governo	109
5. A tipologia dos sistemas de governo	109
<i>Seção 1ª — A democracia</i>	111
1. Considerações gerais	111
Capítulo 10 — A DEMOCRACIA E SEUS TIPOS	112
1. Os tipos de democracia	112
2. A democracia direta	113
3. O exemplo ateniense	113
4. A democracia indireta	115

5. A democracia representativa	115
6. A representação política	116
7. Natureza jurídica da representação	117
8. Os partidos políticos	118
9. Partidos e opinião pública	119
10. Os grupos de pressão	120
11. A representação de interesses	122
12. A democracia pelos partidos	123
13. Crítica à democracia partidária	125
14. A democracia cesarista	126
15. A democracia semidireta	127
16. Institutos de participação direta presentes na Constituição de 1988	127
Capítulo 11 — VALORES E FATORES CONDICIONANTES DA DEMOCRACIA	130
1. A unanimidade democrática	130
2. Os valores básicos da democracia	131
3. A opção liberal	131
4. A democracia marxista	132
5. A democracia providencialista ou social	133
6. A concretização da democracia	133
7. O pressuposto social	134
8. O pressuposto econômico	134
9. As condições da democracia	135
10. Os sistemas eleitorais	135
11. Preparação para a democracia e experiência	137
<i>Seção 2ª — O sistema político brasileiro</i>	<i>139</i>
1. O tipo de democracia	139
2. Plano da Seção	139
Capítulo 12 — A NACIONALIDADE	141
1. A nacionalidade	141
2. O brasileiro nato e o naturalizado	142
3. O estrangeiro no Brasil	142
4. A aquisição da nacionalidade	143
5. Modos de aquisição no Direito brasileiro	144
6. Perda da nacionalidade	144
Capítulo 13 — OS DIREITOS POLÍTICOS	145
1. A cidadania	145

2. A cidadania ativa no Direito brasileiro	146
3. Aquisição e perda dos direitos políticos	147
4. Suspensão e recuperação dos direitos políticos	147
5. Elegibilidade e inelegibilidade	148
6. Irreelegibilidade	149
7. Incoerência	149
8. A inelegibilidade na Constituição de 1988	150
9. Inelegibilidades enunciadas no texto constitucional	150
10. Inelegibilidades possibilitadas pelo texto constitucional	151
11. Inelegibilidades que visam a prevenir abusos	151
12. Inelegibilidades que visam a salvaguardar a moralidade e a probidade administrativa.....	151
13. A situação do militar.....	152
14. A impugnação de mandato eletivo.....	152
Capítulo 14 — OS PARTIDOS POLÍTICOS	153
1. A previsão de um estatuto partidário	153
2. O combate aos partidos antidemocráticos	155
3. Os vícios do sistema partidário brasileiro	156
3.1. O número excessivo de partidos	156
3.2. A inautenticidade dos partidos brasileiros	156
3.3. O individualismo brasileiro.....	157
4. O caráter oligárquico dos partidos	157
5. O despreço por programas	158
6. Bipartidarismo e pluripartidarismo	158
7. O estatuto dos partidos na Constituição de 1988	159
8. Perda do mandato por infidelidade partidária.....	160
PARTE IV	
A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL	
Capítulo 15 — A “SEPARAÇÃO DE PODERES”	163
1. A concentração e seus inconvenientes	163
2. A limitação do poder.....	164
3. Critérios de divisão do poder.....	164
4. A “separação de poderes”. Sua origem.....	165
5. A classificação das funções do Estado.....	165
6. Crítica à classificação tradicional das funções do Estado.....	166
7. A interpenetração dos “poderes”.....	167
8. O valor atual da “separação”.....	167

9. O ensinamento de Loewenstein	168
10. A “separação de poderes” como critério de classificação dos sistemas de governo	169
<i>Seção 1ª — Os sistemas de governo</i>	170
1. Considerações gerais.....	170
2. Observações sobre a concentração de poderes	170
3. Plano da Seção	171
Capítulo 16 — O PRESIDENCIALISMO	172
1. Origem	172
2. Características fundamentais jurídicas.....	173
3. Características políticas	174
4. Presidencialismo e multiplicidade partidária.....	175
5. A exacerbação personalista no presidencialismo brasileiro.....	175
6. O quadro atual.....	176
Capítulo 17 — O PARLAMENTARISMO	177
1. Origem	177
2. O parlamentarismo dualista e monista.....	179
3. A crise do parlamentarismo e a racionalização do poder.....	179
4. O parlamentarismo e suas condições	180
5. Caracteres jurídicos do parlamentarismo.....	181
6. Traços políticos	182
Capítulo 18 — O SISTEMA DIRETORIAL	183
1. O exemplo suíço	183
2. Características jurídicas	184
3. Traços políticos	184
4. Condições do sistema diretorial	184
<i>Seção 2ª — O Poder Legislativo</i>	186
1. Considerações gerais.....	186
Capítulo 19 — O PODER LEGISLATIVO E SUAS TAREFAS .	187
1. Poder Legislativo e função legislativa	187
2. Crise legislativa e delegação	188
3. O poder financeiro	190
4. A razão de ser do Tribunal de Contas	190
5. As funções do Tribunal de Contas	190
6. <i>Status</i> do Tribunal de Contas e de seus membros	191
7. Composição	191

8. O poder de controle político	191
9. Relação entre controle político e sistemas de governo	192
10. As comissões parlamentares de inquérito	192
11. O <i>impeachment</i>	193
12. Origem do <i>impeachment</i> : Grã-Bretanha	193
13. Evolução do <i>impeachment</i> : Estados Unidos	194
14. O <i>impeachment</i> no Direito brasileiro	194
15. Natureza do instituto	195
16. O procedimento	196
17. O processo dos crimes comuns	197
18. Apreciação sobre o <i>impeachment</i>	197
Capítulo 20 — ORGANIZAÇÃO E GARANTIAS DO LEGISLATIVO	198
1. A organização do Legislativo	198
2. O unicameralismo	199
3. O bicameralismo	199
4. O bicameralismo na história constitucional brasileira	200
5. As sessões conjuntas do Congresso Nacional	201
6. A organização do Legislativo no Brasil: direção autônoma	201
7. A auto-organização e seus limites	202
8. As comissões	202
9. Condições de elegibilidade	203
10. O Senado na Federação	203
11. Funções do Senado	203
12. Composição	205
13. A Câmara dos Deputados: missão constitucional	205
14. Composição	205
15. Crítica	206
16. O modo de eleição dos deputados	206
17. Funções privativas da Câmara dos Deputados	207
18. Garantias da independência do Legislativo	207
19. A remuneração	207
20. As imunidades	208
21. Proibições	209
22. Impedimentos	210
23. Incompatibilidades	210
24. Zona cinzenta	210
25. Perda do mandato	211
26. Decoro parlamentar	212

27. A infidelidade partidária.....	212
Capítulo 21 — A ELABORAÇÃO DA LEI	213
1. Considerações gerais.....	214
2. Evolução do Direito brasileiro	214
3. Conceituação de processo legislativo	215
4. Emendas à Constituição	217
5. As limitações ao Poder Constituinte derivado	218
6. A lei ordinária	219
7. Objeto da lei.....	220
8. A lei ordinária como ato complexo.....	221
9. A iniciativa.....	221
10. Iniciativa geral, reservada e vinculada.....	221
11. Iniciativa popular	223
12. Emenda a projetos de lei	223
13. Deliberação	224
14. A instrução do projeto.....	225
15. Exame em procedimento normal	225
16. Exame em procedimento abreviado.....	226
17. Sanção: modalidades.....	226
18. Sanção e defeito de iniciativa.....	227
19. O veto.....	228
20. Natureza do veto	229
21. Formalização do veto.....	231
22. Apreciação do veto.....	231
23. Promulgação	232
24. Publicação.....	233
25. Lei delegada.....	234
26. Natureza da lei delegada	236
27. Matéria vedada à delegação	236
28. Modo de autorização da delegação	237
29. Delegação ao Presidente da República	237
30. Medidas provisórias.....	240
31. Lei complementar	243
32. Decreto legislativo	246
33. Resolução.....	247
<i>Seção 3ª — O Poder Executivo</i>	<i>248</i>
1. Considerações gerais.....	248

Capítulo 22 — O PODER EXECUTIVO E SUA MISSÃO	250
1. O Executivo na “separação dos poderes”	250
2. A dupla missão do Executivo na doutrina clássica	251
3. O novo caráter do Executivo e suas causas.....	251
4. O poder governamental.....	252
5. A representação do Estado.....	252
Capítulo 23 — A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO	253
1. O Executivo: governo mais administração	253
2. As figuras básicas do governo.....	254
3. A chefia do Estado	254
4. A chefia do governo	255
5. Os ministros	255
6. As formas típicas de governo.....	256
7. A forma monocrática	256
8. A forma dualista.....	256
9. A forma colegiada.....	256
10. A estrutura do Executivo no Brasil	256
11. Os poderes do Presidente da República.....	257
12. A eleição do Presidente da República.....	257
13. Reeleição do Presidente da República.....	258
14. O mandato presidencial	258
15. Requisitos para a presidência.....	259
16. Vacância da presidência	259
17. Impedimentos do Presidente.....	259
18. A sucessão e a substituição do Presidente	260
19. A vice-presidência.....	260
20. Os requisitos para o ministério	260
21. Funções do ministro.....	261
22. Órgãos de apoio ao Presidente da República.....	261
23. Conselho da República	261
24. Conselho de Defesa Nacional	262
Capítulo 24 — A ADMINISTRAÇÃO CIVIL	263
1. Conceito	263
2. Carreira ou derrubada?.....	264
3. Burocracia.....	264
4. Tecnocracia	265
5. O estatuto do servidor público	265
6. A carreira.....	265

7. Estabilidade e vitaliciedade	266
8. A aposentadoria.....	267
9. A responsabilidade por danos	268
10. Princípios administrativos.....	269
Capítulo 25 — AS FORÇAS ARMADAS	270
1. Conceituação.....	270
2. A finalidade constitucional das Forças Armadas	271
3. A posição constitucional das Forças Armadas	271
4. A tentação militar.....	272
5. Hierarquia militar.....	272
6. O princípio da nação em armas.....	273
7. Garantias do militar	273
8. O militar em cargos civis	274
9. As forças policiais estaduais	274
<i>Seção 4ª — O Poder Judiciário</i>	<i>275</i>
1. Considerações gerais.....	275
Capítulo 26 — O PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS ...	276
1. A natureza da “função jurisdicional”	276
2. Ampliação da função jurisdicional	278
3. A independência do Judiciário.....	278
4. As condições e os efeitos da decisão judicial	279
5. A matéria sujeita ao Judiciário.....	279
6. As garantias do Judiciário	280
7. A independência dos tribunais	280
8. O Estatuto dos Magistrados — ingresso e promoção na carreira ..	281
9. Garantias dos magistrados: as da sua independência.....	282
10. As da sua imparcialidade	283
11. Algumas normas da Emenda n. 45/2004	283
Capítulo 27 — A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	284
1. A complexidade da organização judiciária brasileira	284
2. A justiça federal e a estadual.....	285
3. A justiça comum e a especializada	285
4. Justiça especial e justiça de exceção.....	286
5. Divisão da justiça federal.....	286
6. Justiça federal comum: competência	286
7. Justiça federal: órgãos.....	287

8. Justiça federal: os juízos singulares	288
9. Justiça federal: os Tribunais Regionais Federais	288
10. Justiça militar: competência.....	288
11. Justiça militar: órgãos	289
12. As garantias dos juízes militares	289
13. A justiça eleitoral: origem.....	289
14. Competência	290
15. Órgãos em geral	290
16. Juízes eleitorais	290
17. Juntas eleitorais.....	290
18. Tribunais Regionais: composição	290
19. Competência dos Tribunais Regionais.....	291
20. Tribunal Superior Eleitoral: competência	291
21. Composição do Tribunal Superior Eleitoral	291
22. Justiça do trabalho: observações gerais	292
23. Competência da justiça do trabalho	292
24. Órgãos da justiça do trabalho.....	293
25. Justiça estadual	294
Capítulo 28 — A CÚPULA DO PODER JUDICIÁRIO	295
1. A cúpula do Poder Judiciário.....	295
2. O Supremo Tribunal Federal	296
2.1. Composição	296
2.2. Função essencial	296
2.3. O efeito vinculante.....	297
2.4. As súmulas.....	297
2.5. Restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade..	298
2.6. Outras competências.....	298
2.7. O novo papel político do Supremo Tribunal Federal.....	299
3. O Conselho Nacional de Justiça	300
3.1. Nota histórica.....	300
3.2. Composição	300
3.3. Função essencial	301
4. Superior Tribunal de Justiça	302
4.1. Nota histórica.....	302
4.2. Composição	302
4.3. Competências.....	302
Capítulo 29 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	304
1. Considerações gerais.....	304
2. O Ministério Público: natureza	304

3. A defesa da lei.....	305
3.1. O Conselho Nacional do Ministério Público.....	306
4. Ministério Público da União.....	307
5. Ministério Público dos Estados.....	307
6. Advocacia-Geral da União.....	308
7. A advocacia.....	308
8. Defensoria Pública.....	308

PARTE V A LIMITAÇÃO DO PODER

1. Plano desta Parte.....	311
Capítulo 30 — OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DE DIREITO	313
1. Considerações gerais.....	313
2. A igualdade como princípio inerente à democracia.....	314
3. Igualdade de direitos e igualdade de fato.....	314
4. Igualdade como limitação ao legislador e como regra de interpretação.....	314
5. As desigualdades constitucionais.....	315
6. A igualdade tributária.....	315
7. O retrocesso da igualdade.....	315
8. A igualdade perante a lei.....	316
9. O princípio da legalidade.....	316
10. A legalidade nas Constituições brasileiras.....	317
11. A submissão do regulamento à lei.....	317
12. O princípio do controle judiciário.....	317
13. <i>Due process of law</i>	318
Capítulo 31 — A DOUTRINA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EVOLUÇÃO	319
1. Considerações gerais.....	320
2. Traços gerais das primeiras declarações de direitos.....	320
3. Causas: os abusos do absolutismo.....	321
4. Causas: a base filosófico-religiosa.....	321
5. Causas: o contexto econômico.....	322
6. O individualismo e sua evolução.....	322
7. Os direitos econômicos e sociais.....	322
8. Causas de evolução: a crítica às declarações individualistas.....	323
9. Causas de evolução: a “questão social”.....	323

10. Causas de evolução: a extensão do sufrágio	324
11. A substância dos direitos econômicos e sociais	324
12. As manifestações da nova concepção	324
13. A nova concepção nas Constituições brasileiras.....	325
14. Declarações de direitos e declarações de direitos e garantias	325
15. A terceira geração dos direitos.....	326

Capítulo 32 — OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONS- TITUIÇÃO BRASILEIRA	327
1. Observações gerais.....	328
2-A. Direitos explícitos e implícitos	328
2-B. Direitos advenientes de tratados	329
2-C. “Inabolibilidade” dos direitos fundamentais.....	329
3. Classificação dos direitos explícitos	330
4. A liberdade de locomoção.....	331
5. A liberdade de pensamento: a liberdade de consciência.....	331
6. A liberdade de expressão ou manifestação do pensamento	332
7. A liberdade dos espetáculos e diversões	334
8. A liberdade de ensino.....	335
9. A liberdade de reunião	335
10. A liberdade de associação	335
11. A liberdade de profissão e de trabalho	336
12. A liberdade de ação.....	337
13. A liberdade sindical	337
14. O direito de greve.....	337
15. Os direitos relativos à segurança: o respeito aos direitos adqui- ridos	338
16. O respeito à liberdade pessoal	338
17. A inviolabilidade da intimidade	339
18. A inviolabilidade do domicílio.....	339
19. A segurança em matéria penal	339
20. Os direitos concernentes à propriedade: considerações gerais	340
21. O direito de propriedade	341
22. A desapropriação e a indenização.....	342
23. Os fundamentos da desapropriação	342
24. As exceções à indenização prévia: a requisição.....	344
25. Os direitos do inventor.....	345
26. A propriedade das marcas de indústria e comércio.....	345
27. Os direitos de autor	346
28. Direito à herança.....	346
29. Aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos....	346

30. Direitos sociais.....	348
31. Direitos de solidariedade	348
Capítulo 33 — OS REMÉDIOS DE DIREITO CONSTITUCIO-	
NAL	349
1. Considerações gerais.....	349
2. O <i>habeas corpus</i> no Direito inglês	350
3. Na história constitucional brasileira	351
4. Na Constituição de 1988.....	352
5. Exclusão do <i>habeas corpus</i> no tocante a transgressões discipli-	
nares.....	352
6. O mandado de segurança: origem.....	353
7. Objeto e fundamento.....	354
8. Mandado de segurança coletivo	354
9. O direito de petição.....	355
10. Mandado de injunção.....	355
11. Fontes ignoradas	356
12. Competência para julgamento	356
13. Aspectos fundamentais	357
14. A ação popular: objeto	358
15. Fontes.....	358
16. A interpretação do art. 5º, LXXIII	359
17. A extensão da ação popular	359
18. A <i>causa petendi</i>	360
19. A natureza da ação	361
20. Ação civil pública	361
21. <i>Habeas data</i>	363
Capítulo 34 — OS SISTEMAS DE EMERGÊNCIA	365
1. Considerações gerais.....	365
2. Os sistemas principais de defesa da ordem constitucional	366
3. A ditadura romana.....	366
4. A suspensão da Constituição.....	367
5. A lei marcial.....	367
6. A suspensão do <i>habeas corpus</i>	368
7. O estado de sítio: origem	369
8. No Direito brasileiro	369
9. Análise do conceito.....	370
10. Limitação no tempo e no espaço.....	371
11. Os fundamentos fáticos do estado de sítio.....	372
12. A decretação do sítio.....	373

13. A prorrogação do sítio.....	373
14. A execução do sítio e a responsabilidade dos seus executores	374
15. A fiscalização judiciária.....	374
16. O controle político do sítio	375
17. Modalidades do sítio.....	375
18. As imunidades parlamentares	375
19. A questão das eleições durante o estado de sítio	376
20. O estado de defesa	376
21. Observações finais	377

PARTE VI A ORDEM ECONÔMICA

1. Plano desta Parte.....	379
Capítulo 35 — A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	381
1. O “econômico” nas Constituições liberais.....	381
2. Nas Constituições sociais.....	382
3. Nas Constituições socialistas.....	383
4. A Constituição “econômica”.....	383
5. Objeto.....	384
6. Constituição econômica formal	384
7. Constituição econômica material.....	385
8. Elementos essenciais da Constituição econômica material	385
9. Tipos de organização econômica: economia descentralizada	386
10. Economia centralizada.....	387
11. Economia mista.....	387
12. A iniciativa econômica.....	387
13. O regime dos fatores de produção	388
14. A finalidade da organização econômica.....	389
Capítulo 36 — BASES E VALORES DA ORDEM ECONÔ- MICA BRASILEIRA	390
1. Considerações gerais.....	390
2. Os princípios do ordenamento constitucional econômico e sua inspiração.....	391
3. A justiça social.....	391
4. O desenvolvimento econômico.....	392
5. A liberdade de iniciativa	392
6. A valorização do trabalho humano	393

7. A função social da propriedade.....	393
8. A expansão das oportunidades de emprego produtivo.....	394
9. Soberania nacional.....	394
10. Defesa do consumidor.....	394
11. Defesa do meio ambiente.....	394
12. Favorecimento às empresas nacionais de pequeno porte.....	394
13. Os direitos do trabalhador.....	394

Capítulo 37 — A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 396

1. Orientação básica: neoliberal.....	396
2. A doutrina social da Igreja.....	397
3. A socialista-democrática.....	397
4. A marxista.....	397
5. A corrente estatista.....	398
6. O econômico na Constituição vigente.....	398
7. Iniciativa privada <i>versus</i> iniciativa estatal.....	398
8. Igualdade na competição.....	399
9. Empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro....	399

**PARTE VII
A ORDEM SOCIAL**

1. Plano desta Parte.....	401
---------------------------	-----

Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO VIGENTE 403

1. Base da ordem social.....	403
2. Seguridade social.....	403
3. Saúde.....	404
4. Previdência social.....	404
5. Assistência social.....	404
6. Educação.....	404
7. Cultura.....	405
8. Desporto.....	405
9. Ciência e tecnologia.....	405
10. Comunicação social.....	405
11. Meio ambiente.....	406
12. Família.....	406
13. Criança, adolescente, jovem e idoso.....	407
14. Índios.....	408

PARTE VIII
A EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. Plano desta Parte	409
Capítulo 39 — A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	411
1. Linguagem e direito	411
2. A interpretação	412
3. Objeções da doutrina “realista”	413
4. Os métodos de interpretação	414
5. A interpretação autêntica	415
6. A interpretação jurisprudencial	415
7. <i>Stare decisis</i> , súmula e efeito vinculante	416
8. As fórmulas de experiência	416
9. A interpretação constitucional	417
10. A lição dos antigos	417
11. A lição de Maximiliano	418
12. A lição de Canotilho	418
Capítulo 40 — ESPÉCIES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS	419
1. Os diferentes ângulos	419
2. A forma: normas escritas e normas não escritas	420
3. A completude	420
4. A aplicabilidade das normas constitucionais	421
5. As normas exequíveis por si sós	421
6. As normas não exequíveis por si sós	422
7. A doutrina de José Afonso da Silva	422
8. Princípios e regras constitucionais	423
Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO	424
1. Constituição e princípios	424
2. Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos	425
3. Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos	425
4. Princípios e regras: a distinção clássica	426
5. Princípios e regras: a doutrina substancialista	427
6. A aplicação dos princípios	427
7. A densificação dos princípios: competência do legislador	427
8. A aplicação direta dos princípios	428
9. Aplicação <i>contra legem</i>	428
10. A colisão entre princípios	429
11. Os direitos fundamentais como princípios	429

PARTE IX
EPÍLOGO

ALTERAÇÕES E MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	431
1. A distinção entre alteração e mudança.....	431
2. Mudanças informais na Constituição de 1988.....	432
3. O fenômeno da mudança informal da Constituição.....	433
4. Os fatores de mudança informal	433
5. A identificação de normas não escritas	434
6. O papel do Judiciário e dos demais Poderes na mudança informal.....	435
7. A mutação constitucional.....	436
8. O Supremo Tribunal Federal e as mudanças informais na Constituição brasileira.....	436
9. Alguns exemplos: a reedição de medidas provisórias.....	437
10. A fixação do número de vereadores	438
11. A vinculação do eleito ao partido	439
12. O reconhecimento das uniões homossexuais como entidade familiar.....	441
13. O suprimento de omissão legislativa	442
14. A edição de normas gerais	443
15. As súmulas vinculantes.....	444
16. A modulação dos efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade	444
17. O debate em torno da mutação da Constituição	445
18. Mudança ou mutação?	446
19. Implicação das mudanças em relação à doutrina do poder constituinte	447
20. Um poder constituído constituinte	447
21. Um aspecto não previsto do controle de constitucionalidade..	447
22. A questão da legitimidade democrática	448